

# As idas e vindas dos direitos humanos



» CLARA SERVA  
Advogada de direitos humanos

» BEATRIZ NOGUEIRA

Advogada de direitos humanos e ex-coordenadora de direitos humanos e empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Em 7 de janeiro, o governo de Donald Trump ordenou a saída dos EUA de mais de 60 organizações internacionais, das quais 31 são entidades vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Na listagem, estão organismos dedicados a questões climáticas, ambientais, de defesa da democracia, de gênero, refúgio, cultura e outras. Há quem diga que o multilateralismo morreu. O cenário, no entanto, apenas reforça sua importância.

Nesse mesmo mês, o Fórum Econômico Mundial publicou seu relatório de riscos globais em que reforçou o diagnóstico de fragmentação internacional e alertou para a transição de uma era de cooperação para uma era de competição. O documento identifica riscos imediatos, como o confronto geoeconômico, a erosão de liberdades e direitos humanos, a desinformação e manipulação digital, que intensificam a polarização sociopolítica e pressões econômicas como recessão e inflação.

Esses fatores, segundo o relatório, fragilizam instituições, aumentam a instabilidade doméstica e enfraquecem a cooperação multilateral. A mensagem central é clara: a confiança entre países e instituições está em declínio, exigindo de governos e empresas estratégias robustas de resiliência, sustentabilidade e governança.

A primeira metade do século 20 foi marcada

pelo Terceiro Reich e sua política de extermínio. O afa expansionista do governo totalitário contou com invasões a países como Polônia, Holanda, França, Áustria, entre outros. O resultado foi a culminância da Segunda Guerra Mundial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a ONU surgem com o propósito de “nunca mais”. É hora de lembrá-lo.

A criação da ONU representou um dos mais ambiciosos projetos de governança global. Ampliou significativamente o escopo de atuação da antiga Liga das Nações, fortalecendo os mecanismos multilaterais de prevenção e resolução de conflitos e incorporando a proteção dos direitos humanos e a cooperação internacional como pilares centrais de sua agenda institucional.

Organismos internacionais, como o Conselho de Segurança, foram compostos pelas potências que, à época, atuaram para frear as violações. Unem-se aqueles que comungam — ou declaram comungar — dos mesmos valores. Se as peças do tabuleiro global não se movem da mesma forma, é necessário repensar prontamente as alianças, regras e dinâmicas para que os esforços diplomáticos não resultem inefetivos.

A potência norte-americana inaugura 2026 com ameaça e efetiva invasão a territórios, afrontas e morte de defensores de direitos humanos e continuidade das políticas anti-imigração e contrárias à equidade racial, de gênero e de orientação sexual.

Amparados em um discurso centrado na reafirmação da soberania nacional, os Estados Unidos têm progressivamente esvaziado espaços essenciais de governança coletiva. Esse afastamento das arenas multilaterais fragiliza o caráter normativo dos direitos humanos como valor compartilhado e acentua sua instrumentalização na política externa. Princípios concebidos como universais passam a ser subordinados a objetivos geopolíticos, resultando em uma aplicação seletiva e assimétrica dos direitos humanos.

A história mostra que, quando uma das principais

potências mundiais se posiciona na contramão dos direitos humanos, a forma de enfrentá-la é pela união de esforços. Os direitos humanos não surgiram de um comando estatal único, e, sim, de um espaço simbólico construído pela luta e pela intensa mobilização social em defesa da dignidade humana.

O totalitarismo do século 20 representou uma profunda ruptura ao negar o valor intrínseco da pessoa humana. Tornou-se indispensável estabelecer parâmetros éticos, morais e jurídicos mínimos. Assim, a violação de direitos humanos deixa de ser questão meramente doméstica e passa a configurar com relevância global, que suscita atenção e responsabilidade da comunidade internacional.

Na década de 1940, as principais potências eram Estados nacionais. Hoje, ocupam essa posição também empresas transnacionais, com as 10 mais valiosas estando na casa dos trilhões de dólares. Montante semelhante é alcançado pelo PIB de apenas 20 países.

A arena global exige, portanto, não apenas a cooperação entre Estados, exigindo também o firme posicionamento de empresas. Cabe aprender com mácula histórica que carrega a reputação de empresas que se mantiveram inertes ou contribuíram com governos totalitários do passado. Silenciar diante de retrocessos e violações é com eles consentir.

É tempo de reafirmar o caráter transnacional, interdependente e indivisível da proteção dos direitos humanos. Relembramos a história para não repetir os erros, mas a luta por direitos humanos, não se esgota nesse retorno ao passado: ela se constrói no presente, guiada pelo olhar atento e vigilante ao futuro.

A inércia não é uma opção — nem para os Estados, nem para as empresas. Entre a memória que adverte e o futuro que convoca, impõem-se ações concretas e cooperações internacionais com o compromisso essencial de evitar que antigos erros e violações reencontrem espaço e se reinstalem sob novas configurações.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



## Terras férteis e mentes preparadas

Poucos sabem que a história da Embrapa é, sem exagero, um dos capítulos mais bem-sucedidos da trajetória recente do Brasil. Criada em 1973, em um contexto de forte intervenção estatal e planejamento estratégico, a empresa se tornou símbolo de como investimento consistente em ciência e tecnologia pode alterar profundamente o destino de uma nação.

De importador de alimentos, o país passou a ocupar posição central no abastecimento global, transformação que não se explica por acaso, mas por décadas de pesquisa aplicada, formação de quadros técnicos e integração entre conhecimento e produção. Esse percurso evidencia uma verdade frequentemente negligenciada no debate público: não há desenvolvimento sustentável sem ciência. A revolução agrícola brasileira, especialmente no Cerrado, só foi possível graças à adaptação de culturas a solos originalmente considerados inférteis, ao desenvolvimento de sementes mais resistentes e ao aperfeiçoamento de técnicas de manejo. Esse esforço não apenas elevou a produtividade, mas também contribuiu para a segurança alimentar interna e para a geração de excedentes exportáveis, com impacto direto na balança comercial e na estabilidade econômica. O caso da Embrapa não é isolado. Ele se insere em uma tradição de iniciativas estatais que, em determinados períodos, priorizaram a construção de capacidades nacionais.

A criação da Embrapa, por exemplo, segue lógica semelhante: investimento público inicial, formação de engenheiros altamente qualificados e inserção competitiva em mercados globais. Hoje, a Embrapa figura entre as maiores fabricantes de aeronaves do mundo, resultado direto de uma política que enxergou a ciência e a tecnologia como pilares estratégicos. Outras iniciativas daquele período também refletiram essa visão de longo prazo, com a estruturação de centros de pesquisa, universidades e programas de capacitação técnica. Ainda que inseridas em um contexto político controverso, essas ações deixam um legado institucional relevante, demonstrando que políticas públicas orientadas por conhecimento podem produzir efeitos duradouros. No entanto, o sucesso da Embrapa e de instituições semelhantes não deve ser encarado como garantido ou irreversível.

Ao longo das últimas décadas, a ciência brasileira enfrentou oscilações significativas de financiamento e prioridade política. Em diferentes governos houve momentos de expansão, mas também períodos de contingenciamento de recursos, o que compromete a continuidade de pesquisas que, por natureza, exigem planejamento de longo prazo. No caso específico da Embrapa, dificuldades orçamentárias já foram amplamente relatadas por seus próprios dirigentes e por especialistas do setor. A redução de investimentos impacta diretamente a capacidade de inovação, a manutenção de laboratórios e a retenção de talentos. Em um cenário global cada vez mais competitivo, interromper ou enfraquecer esse ciclo de produção de conhecimento representa não apenas uma perda interna, mas também um risco de retrocesso estratégico. Além disso, conflitos no campo que envolvem questões fundiárias, sociais e econômicas complexas por vezes atingem instituições de pesquisa.

É importante tratar esse tema com responsabilidade: episódios de invasão ou depredação, quando ocorrem, devem ser apurados e enfrentados dentro da lei, mas sem generalizações que simplifiquem um problema multifacetado. Ao mesmo tempo, é fundamental garantir a integridade de centros de pesquisa, que são patrimônio público e instrumentos essenciais para o desenvolvimento nacional. A lição que emerge dessa trajetória é clara. Países que investem de forma consistente em ciência colhem resultados em múltiplas dimensões: crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida, soberania tecnológica e capacidade de enfrentar desafios globais, como mudanças climáticas e segurança alimentar.

O Brasil já demonstrou, com a Embrapa e a Embrapa, que possui talento e competência para liderar em áreas estratégicas. O desafio, portanto, não é provar que a ciência funciona. Isso já está amplamente demonstrado, mas assegurar que ela permaneça no centro das prioridades nacionais. A iniciativa implica em financiamento estável, proteção institucional, valorização dos pesquisadores e um ambiente político que compreenda a ciência não como gasto, mas como investimento. Se o país deseja manter e ampliar sua posição no cenário global, precisa reconhecer que o verdadeiro “celeiro do mundo” não é apenas resultado de terras férteis, mas de mentes preparadas.

É na pesquisa, no laboratório e na educação que se planta o futuro. E, como mostra a história, essa é uma colheita que beneficia toda a sociedade.

### A frase que foi pronunciada:

"Costumo dizer, pelo mundo inteiro, que o Brasil hoje possui terra, água, sol... e a Embrapa!"

Roberto Rodrigues

### Aterro sanitário

» Quem opta pela Chapada dos Veadeiros para curtir Cavalcante, Alto Paraíso, São Jorge leva um susto na estrada. Se a Secretaria do Meio Ambiente de Goiás precisa da localização, já recebeu: GO-118. A partir de Planaltina, posto Advance, aparece um aterro sanitário à beira da pista com lixo que vem se acumulando há anos. Não é possível que um governador queira ser presidente da República e não consiga coibir o lixo mal administrado. O vídeo está no blog do Ari Cunha.

### História de Brasília

Os nossos agradecimentos às pessoas que nos telefonaram ou nos cumprimentaram pessoalmente pelo segundo aniversário desta coluna. É um estímulo para novas letras e novas campanhas. (Publicada em 16/5/1962)



## As antenas da consciência



» IJALMAR NOGUEIRA  
Jornalista

Passado o estado de excitação da festa do Oscar retomo o frisson da premiação de Caetano e Bethânia pelo Grammy 2026 ao ouvir, de ponta a ponta, os dois CDs que sintetizam o repertório por eles apresentado na turnê de agosto de 2024 a março de 2025.

Estava curioso e apreensivo ao mesmo tempo. Temia uma possível repetição. Há bem pouco tempo (2015), Caetano Veloso e Gilberto Gil nos haviam brindado com *Dois amigos, um século de música*, também gravado ao vivo durante a turnê de mesmo nome.

Que nada, são momentos distintos. A qualidade da gravação ao vivo, para muitos traz riscos, mas a mim as eventuais impurezas do som são plenamente compensadas pelo clima da apresentação viva dos artistas. *Caetano e Bethânia ao vivo* preserva o clima emocional dos shows e atende aos requisitos técnicos. Se assim não o fosse, provavelmente não teria sido selecionado pela Academia Nacional de Artes e Ciência da Gravação dos Estados Unidos.

Mas a audição de tantas músicas, de uma só vez, ao menos para nós (falo por mim) inevitavelmente evoca fatos e acontecimentos de um período conturbado, obscuro, violento, como o foi o período da ditadura militar, desdita sufocante não só no imaginário, mas também no cotidiano desses artistas, de seus contemporâneos de lida e de todos, como eu, que tínhamos em suas músicas e apresentações um alento de neles vermos e sentirmos a mesma sintonia da resistência e repúdio possíveis àquele estado de calamidade.

Caetano, Bethânia, ao lado de Chico Buarque,

Nara Leão, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Gal Costa, Edu Lobo, Torquato Neto, Roberto Carlos e todos da Jovem Guarda, entre outros, eram (e são) tratados por nós pelo primeiro nome numa intimidade de compartilhamento tácito e do mais profundo sentimento, muito além das afinidades que unem os irmãos em família.

A voz deles era a nossa voz, a poesia das letras de suas canções alcançava nossas consciências desamparadas, e o sofrimento que a repressão lhes infligia doía em nós a ponto de chorarmos juntos, de sofrermos juntos a dor ultrajante da tortura, da solidão agônica do isolamento do exílio.

Caetano esteve lá, foi alvo direto e indireto das aflições da época: censurado, preso, exilado, antes de tudo ativo, participativo. Sob vaias, na célebre apresentação de *É Proibido Proibir*, durante o III Festival Internacional da Canção, em 1968, ele foi gigante no discurso que deixou a música de lado para lançar palavras como setas explosivas venenosas contra aquelas manifestações de uma plateia — naquele instante, naquele ambiente — hostil e reacionária: “Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada! Quem teve a coragem de assumir essa estrutura e fazê-la explodir foi Gilberto Gil e fui eu!”

Hoje em dia, poucos se lembram da música vencedora daquele festival (*Sabiá*, de Tom Jobim e Chico Buarque), mas muitos se lembram do discurso de Caetano Veloso, sobretudo da catarise que ele estabeleceu de imediato e que permaneceu como emblema do festival e da história da música popular brasileira. “Vocês são iguais sabem a quem? Vocês são iguais àqueles que foram ao Roda Viva e espancaram os atores!”

Nada mais visceral, nada mais atual. Era 1968, o “ano que não terminou” e trazia a esperança procedente dos movimentos jovens que sacudiam multidões, mundo afora, por mudanças e recrudesceram a repressão no Brasil. A ditadura só acabaria 17 anos depois daquele festival, mas permaneceu como marco incontestável do inconformismo a demonstração de que os artistas são as

antenas da raça e do nosso inconsciente.

A direção musical e arranjos de Lucas Nunes, certamente traduzindo o desejo dos dois artistas, trouxe músicas daquele passado, que teve lá suas fases, para a atualidade. O show não poderia mesmo ser uma simples revisão. Público e artistas mudaram, e houve, no tempo decorrido, tantas inovações rítmicas, novos estilos, como também uma legião de novos cultuadores da MPB e de Caetano e Bethânia, em particular.

O primeiro disco do cantor, desse gênero, *Caetano e Chico juntos e ao vivo*, gravado no teatro Castro Alves, em Salvador (1972), faz parte de uma saga de eventos memoráveis. O tempo de Caetano e Bethânia é outro, felizmente. No entanto, *Alegria, Alegria* ressurge íntegra, vigorosa e impregnada de modernidade.

Caetano e Bethânia seguem ativíssimos. Os brasileiros, jovens e não jovens, têm hoje sólidos motivos para desacreditar de tudo, como ocorria com a geração de 1968. Na única composição inédita do álbum, ele diz: “Os da guerra acreditam/ Que mandam na Terra”, e Bethânia conserva a atitude que a conduziu ao elenco da peça “Arena conta Zumbi”. Indiferente aos modismos, ela entra no palco com os cabelos soltos, sem pintura e, assim, toda ela no seu jeito decididamente pessoal, preenche todo o palco e captura as plateias com a voz e suas interpretações sempre personalíssimas.

Reencontrá-los neste Caetano e Bethânia começa pelo reviver e transcende o passado que os une, que os manteve inseridos no contexto de nossas vidas e nos remete a celebrações. Belos pelo que são, pelo que fazem, eles estão íntegros, vivos, respiram pelo nariz e permanecem atentos a “Gente pobre arrancando a vida com a mão”.

Nesse sentido, a edição do CD fica devendo informações, como, aliás, tem sido prática recorrente neste e em outros importantes registros da música brasileira. Daqui a bem pouco tempo, quando esse disco for objeto de interesse de pesquisadores, perguntas como “quem são os autores dessas músicas?” ficarão sem respostas.